



**Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**7ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNTP
Memória – 14/04/2015, realizada na Sala de Reuniões Ana Paula Galdino, DRCI**

LISTA DE PRESENÇA			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL
Adriano Cristian Souza Carneiro	DPU	(61) 8352-0068	adriano.carneiro@dpu.gov.br
Alexandre Rodrigo Teixeira Lyra	MTE	(61) 2025-7020	alexandre.lyra@mte.gov.br
Aloysio Gomide Filho	MRE/DAC	(61) 2030-8804	aloysio.gomide@itamaraty.gov.br
Ana Cristina da Silva B. Fernandes	MDA	(61) 2020-0905	ana.fernandes@mda.gov.br
Beatriz Cruz	SENASA/PJ	(61) 2025-9540	beatriz.cruz@mj.gov.br
Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos	SEPPIR/PR	(61) 2025-7020	claudia.anjos@seppir.gov.br
Daiane de O. L. Andrade	MEC	(61) 2022-9205	daiane.lopes@mec.gov.br
Danielle Galdino	CETP/DEJUS	(61) 2025-9868	danielle.galdino@mj.gov.br
Eduardo Bassani	MP	(61) 2020-4239	eduardo.bassani@planejamento.gov.br
Fernanda Papa	SPM/PR	(61) 3313-7380	fernanda.papa@spm.gov.br
Lucicleia Rollemburg	CETP/MJ	(61) 2025-9333	lucicleia.silva@mj.gov.br
Marcelo Veiga	MJ	(61) 2025-7020	marcelo.veiga@mj.gov.br
Márcio Fahel	MP/BA	(71) 91090033	mfahel@mpba.mb.br
Marcos Felipe J. M. Guerra	CGPI/MTUR	(61) 2033-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Maria Helena de Aguiar Notari	SDH	(61) 2027-3360	maria.notari@mj.gov.br
Mariana Bandeira de Mello P. Sade	CC	(61) 3411-3856	mariana.sade@presidencia.gov.br
Mariana de Freitas	MS	(61) 3318-7715	mariana.freitas@sauda.gov.br
Mariana S. de Carvalho Oliveira	DEEST/MJ	(61) 2025-9739	mariana.carvalho@mj.gov.br
Nilce Cunha Rodrigues	MPF	(85) 3266-7314	nilce@mpf.mp.br
Paloma Moraes Corrêa	MDS	(61) 2030-3049	paloma.correa@mds.gov.br
Paulo Márcio Ribeiro	SESGE/MJ	(61) 2025-2092	paulo.ribeiro@mj.gov.br

Pedro Vieira Veiga	MRE/COCIT	(61) 2030-6840	pedro.veiga@itamaraty.gov.br
Priscilla Gonçalves	DRCI/MJ	(61) 2025-9938	priscilla.marques@gmail.com
Robson Robin	SENAD/MJ	(61) 2025-7239	robson.robin@mj.gov.br
Paulo Márcio Ribeiro	SESGE/MJ	(61) 2025-2092	paulo.mribeiro@mj.gov.br
Rodrigo Martins Prates	MD	(61)33124137	rodrigo.prates@defesa.gov.br

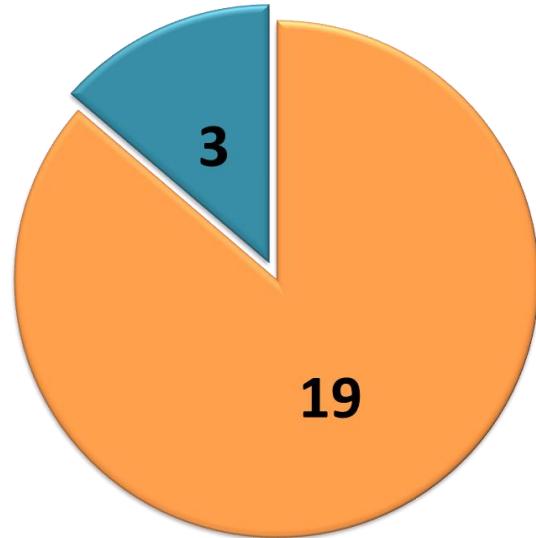
PAUTA			
1) Abertura.	<p>O Sr. Marcelo Veiga abriu os trabalhos dando as boas vindas aos participantes do GI. Na oportunidade, comunicou que assumirá nos próximos dias a diretoria do Departamento de Justiça e que está aguardando a publicação da nomeação.</p> <p>Fez menção especial à Secretaria de Direitos e Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres, ambas da Presidência da República, que em conjunto com o Ministério da Justiça compõem a Coordenação Tripartite da Política Nacional.</p> <p>Agradeceu a presença dos representantes dos órgãos convidados e de todos os presentes.</p> <p>Destacou que o ponto principal desta reunião é a avaliação da relatoria das ações que foram implementadas no último quadrimestre e que serão consolidadas no 6º Relatório de Monitoramento.</p> <p>Seguiu-se a abertura de uma breve rodada de apresentação.</p>		
2) Considerações da Coordenação Tripartite	<ul style="list-style-type: none"> - O Sr. Marcelo Veiga diz que é exemplar a construção, o formato, a condução, a forma de monitoramento dessa política, pela transversalidade, pela condução Tripartite da coordenação de todas essas atividades, pela forma de relatoria e de monitoramento das metas do plano. - Passou a palavra à Coordenadora Adjunta, Sra. Lucicleia, para fazer as considerações iniciais em relação ao 6º relatório. - Lucicleia desejou boas vindas aos novos membros e rememorou os encaminhamentos da última reunião em que foi discutida e apresentada a avaliação parcial de monitoramento do II Plano, realizada até o quarto relatório. Sintetizou o resultado da referida avaliação, que apresentou um ótimo progresso para o período, demonstrando cerca de 81,8% de avanço das metas previstas para o período avaliado, ou seja, primeiros 19 meses de execução. Segundo o andamento de suas metas (indicadores de gestão de progresso), das 115 metas existentes, a maioria, 108 metas, já havia sido iniciada, isso quer dizer que o(s) seu(s) líder (s) já havia desenvolvido ou já estavam executando ações e atividades que correspondem à finalidade da meta. <p>Entre as 108 metas, nota-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 70 metas possuíam status de meta iniciada, - 22 metas também já haviam sido iniciadas e possuíam status de meta permanente, - 16 metas já haviam sido concluídas, indicando que alcançaram o seu objetivo final conforme indicadores de progresso e resultado; e 		

	<p>- 07 metas ainda não haviam sido iniciadas.</p> <p>- Em análise às recomendações apresentadas na avaliação parcial do II PNETP, destacou-se a necessidade de deliberar sobre as funções dos líderes, co-líderes e colaboradores. Restando esclarecido que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Líderes e co-líderes têm a mesma função. A denominação de co-liderança só é dada aos executores de uma mesma meta. Pressupõe a co-responsabilidade entre os líderes de uma mesma meta. São então responsáveis pela relatoria e condução da execução da meta. Podem convocar reuniões bilaterais para discussão entre si e com os colaboradores. • Colaboradores: Não têm a obrigatoriedade de relatarem. Contudo, podem reportar suas ações aos líderes das metas para que estes avaliem a viabilidade de ações conjuntas e possam reportar tais ações nos relatórios quadrimestrais. <p>No que se refere às recomendações, o colegiado analisou e deliberou, conforme disposto abaixo:</p> <p>❖ Análise da viabilidade da ampliação do período de relatoria e do intervalo das reuniões ordinárias passando de quadrimestral para semestral.</p> <p>- Contextualizou-se que o período quadrimestral está previsto na portaria interministerial que criou o grupo interministerial. Essa portaria foi assinada pelos três ministros dos Ministérios que compõem a Coordenação Tripartite, ou seja, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria de Direitos de Política para as Mulheres da Presidência da República. Então, verifica-se que para a alteração há a necessidade da assinatura dos três ministros. Destacou-se que a CONJUR/MJ foi consultada, informalmente, e a mesma não apontou óbices jurídicos sobre uma possível alteração, desde que devidamente justificada.</p> <p>- O Sr. Marcelo Veiga fez a proposta de encaminhamento e deliberação, sugerindo que fosse feita uma nota técnica pela CETP/MJ, fundamentada no resultado da avaliação intermediária e na memória desta reunião, comunicando a deliberação do colegiado para que fossem tomadas as providências necessárias à assinatura da portaria retificadora pelos três Ministros de Estado.</p> <p>- Aberta a palavra para manifestação de alteração ou manutenção da periodicidade das reuniões, verificou-se consenso na alteração. Restou deliberado que as reuniões e, consequentemente, as relatorias passarão a ser semestrais, devendo a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tomar providências para a alteração do disposto no § 5º do artigo 4º da Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013.</p> <p>❖ Estabelecer rotinas de agendas bilaterais para acompanhamento da execução das metas, em especial, as que não foram bem avaliadas na</p>
--	--

	<p>Avaliação Intermediária do II PNTP. Encaminhamentos: A CETP irá providenciar o agendamento das reuniões.</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Analisar a Nota Técnica encaminhada pelo MDS, sobre a execução da meta 2.D.16, que não recebeu uma boa classificação na avaliação intermediária. <ul style="list-style-type: none"> - Contextualizou-se que os representantes do MDS, em reunião da Coordenação Tripartite, comunicaram e apresentaram uma minuta de Nota Técnica informando terem identificado uma concepção distinta sobre a execução do que dispõe a meta 2.D.16. A Coordenação Tripartite deliberou pela necessidade de submeter o posicionamento do MDS ao colegiado desse Grupo Interministerial. - A representante do MDS, Paloma Moraes, explicou que a meta 2.D.16 previa a inclusão de um item relativo a vítima de tráfico de pessoas no CadÚnico, mas avalia que a meta não será cumprida da maneira como está expressa no plano. Diz que na pontuação não se observou algumas especificidades do Cadastro Único e de outros mecanismos de coleta de dados do Ministério do Desenvolvimento Social, que já oferecem a coleta de dados a respeito da relação de direitos e vítimas de tráfico de pessoas. - Na sequência, afirmou que o CadÚnico se presta a fazer a distribuição dos programas sociais do governo para família de baixa renda. Todas as vulnerabilidades que podem estar associadas à situação de vítima de tráfico de pessoas já estão contempladas no CadÚnico. - O órgão está elaborando uma Nota Técnica que será apresentada, oficialmente ao GI, com as seguintes justificativas: <ol style="list-style-type: none"> 1. o âmbito de vulnerabilidade que enfrenta uma vítima de tráfico de pessoas (T.P.) já está contemplado no questionário do CadÚnico, onde constam todas as vulnerabilidades sociais que podem estar associadas ao T.P.. 2. O MDS possui outras fontes com dados específicos sobre T.P.: Censo CRAS, Censo CREAS, Censo Acolhimento, Relatório Mensal de Atividades (RMA), Censo Centro POP, Censo de Abordagens Sociais. 3. Os dados sobre T.P. são oriundos, principalmente, do Censo SUAS. <p>Após debate, foram tomados os seguintes encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituído grupo de trabalho específico para apreciação da Nota Técnica que será apresentada pelo MDS. - O GT terá o prazo de 30 dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da apresentação formal da referida Nota Técnica, e será composto pelos membros da Coordenação Tripartite, MRE e DPU, tendo a previsão da presença, em ao menos uma reunião, do(s) membro(s) do MDS para que possa(m) prestar maiores esclarecimentos. <p>Ao final, Marcelo Veiga esclareceu que devido às mudanças na SNJ, não foi possível enviar os ofícios às Secretarias Executivas dos Ministérios, conforme solicitado pelo colegiado em reuniões anteriores.</p>
--	--

	Também esclareceu que o Secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, não compareceu à reunião, devido a um compromisso internacional em Doha, sobre combate à corrupção e crimes transnacionais.
3) Análise da Coordenação Tripartite (6º relatório de progresso)	<ul style="list-style-type: none"> - A Coordenadora Adjunta, Lucicleia Rollemburg, apresentou a análise do sexto relatório realizada pela Coordenação Tripartite, com base nos relatos apresentados pelos ministérios até o dia 06/04/2015. - Informou que foram recebidas dezenove relatorias, faltando três. (SENASA, MRE (DAC) e MINC). - A SENASP possui dez metas, MRE (DAC) oito metas e MINC apenas uma. Devido ao não recebimento, essas ficaram fora da análise da coordenação Tripartite.

Status do VI Relatório de Monitoramento

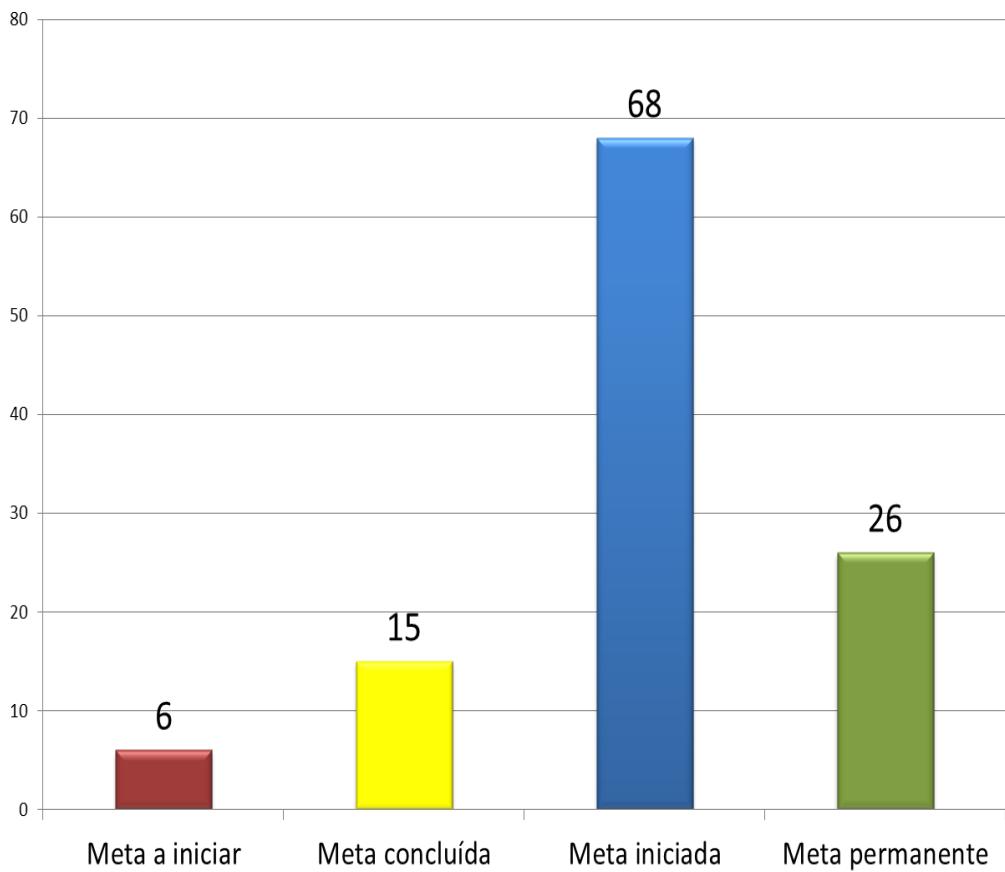


■ Entregaram o VI Relatório ■ Não Entregaram o VI Relatório

Modificações para o VI relato:

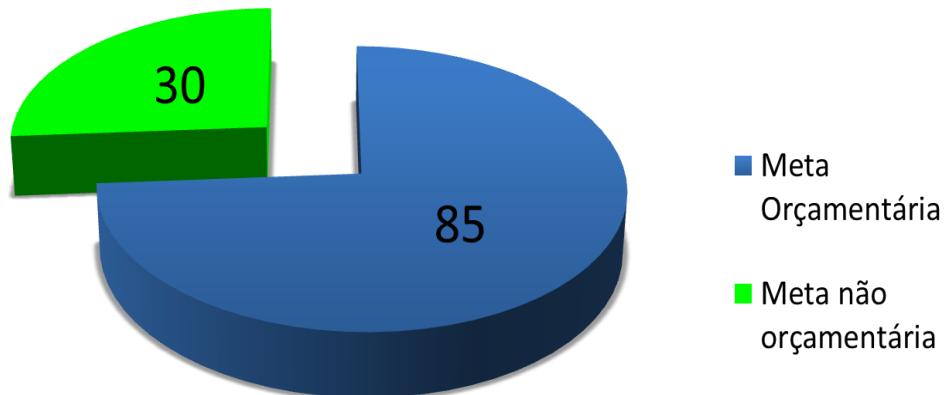
- Uma meta que era considerada concluída migrou para permanente, devido a uma nova compreensão dos líderes e co-líderes, através da percepção que mesmo concluída a meta continuou sendo relatada e tendo um desenrolar.
- Das 68 iniciadas, que antes eram consideradas 70, algumas migraram para o status de meta permanente.

Análise das 115 Metas do II PNETP

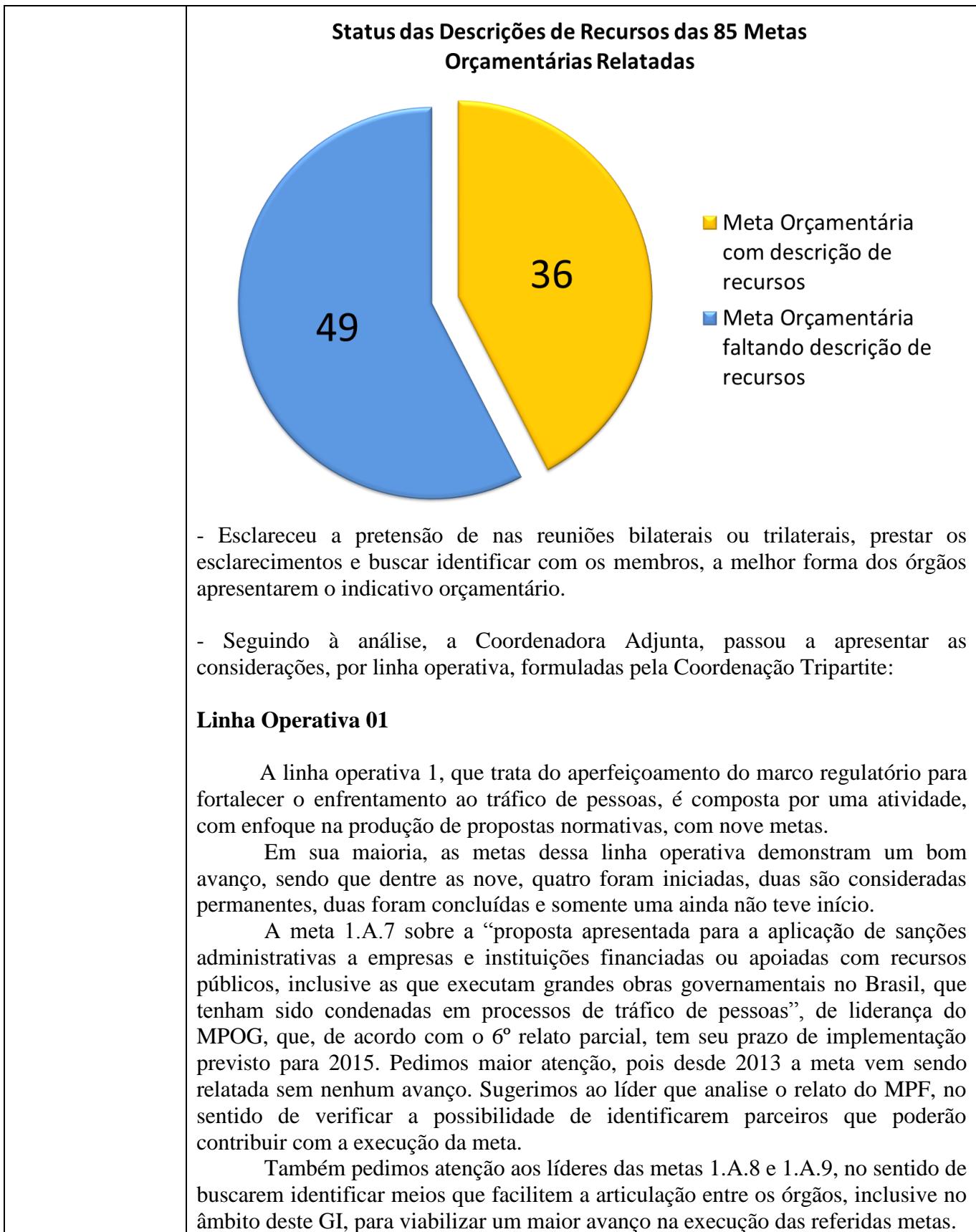


- Das 115 metas, 85 são indicadas como orçamentárias e 30 como não orçamentárias.

Status das 115 Metas Orçamentárias *versus* Não Orçamentárias



- Das 85 metas orçamentárias, apenas 36 estão com informações e indicações da descrição dos recursos que os órgãos estão utilizando na execução das ações. Sendo assim, para as outras 49 metas, não estão sendo apresentados os indicativos orçamentários, o que é uma preocupação, pois essa é uma informação indispensável, para ao final do segundo plano, obter-se o indicativo global dos gastos advindos das execuções das metas.



As metas 1.A.2 e 1.A.4 foram concluídas com sucesso e vêm sendo relatadas com informações que acompanham a aprovação do SCD 02/2015, atualmente em tramitação no Senado e propõe várias mudanças na legislação, inclusive penal e processual penal, que visam coibir o tráfico nacional e internacional de pessoas.

Linha Operativa 02

Na segunda linha operativa, que trata da integração de políticas públicas, há 8 grandes atividades, sendo possível perceber avanços em 72% das 62 metas. Destaque para as ações de fortalecimento da atuação integrada dos atores governamentais, em especial, a rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, garantindo ações articuladas com as demais políticas de direitos humanos. Ainda são perceptíveis lacunas na implementação de estratégias de atendimento e reintegração das vítimas de tráfico de pessoas, bem como a persecução criminal dos responsáveis por esse crime.

Entre as metas que exigem atenção, destacamos a 2.D.13, 2.E.7 e 2.E.8 que em seus relatos não ficam visíveis as ações adotadas e a efetiva execução das metas. Pedimos atenção também aos líderes da meta 2.C.1, para melhoria no diálogo e articulação intersetorial para a execução da meta.

Por fim, cabe salientar que a necessidade de avanço e atenção em 28% das metas desta linha, em vários casos, refere-se à melhoria no relato das ações, o que elevaria o grau de implementação da linha operativa.

Linha Operativa 03

A linha operativa que trata de Capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas apresenta resultados, de forma geral, positivos, com 25 ações, das quais 14 apresentaram avanços e 11 estagnação no relatório V.

Poucas informações variaram no relatório VI, sob a hipótese de que o período de início do novo ciclo de governo imprimiu ritmo mais lento para a ação das diferentes equipes.

No VI Relato, destacam-se os avanços identificados na execução da meta 3.A.14, sobre capacitação para profissionais atuantes na área de atendimento nos principais aeroportos do país no tema do ETP, com vistas à integração com o serviços de recepção a pessoas deportadas ou não-admitidas, devido à perspectiva de renovação de ACT com a Infraero e a assinatura, em janeiro de 2015, de termo de cooperação técnica entre a SNJ, DPF, MPF, Conare, DPU e Acnur para dar soluções mais rápidas a estrangeiros retidos no conector do Aeroporto de Guarulhos.

Importante lembrar que a partir do V relatório destacam-se avanços nas seguintes metas:

- Meta 3.A.5, com a realização do Curso de Formação sobre Tráfico de Pessoas para Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública, realizado pela SNJ/MJ, em parceria com UNODC, em novembro de 2014, e decorrentes parcerias novas firmadas com CNJ, CNMP, MPF, MPT, SENASP, DPF, DPRF, DPU e DEJUS/Coordenação ETP;

- Meta 3.A.20, da SDH, sobre capacitação dos operadores do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no tema do ETP, que estabeleceu diretrizes a serem utilizadas por todas as Escolas de Conselhos conveniadas com a SDH/PR, com carga horária de 200 hs (160 presenciais e 40 de EAD) e previsão de 3.923 conselheiros a serem capacitados até o 1º semestre de 2015 nos estados de AL, PA, PE, RO, SE, TO (que já pactuaram adesão às diretrizes).
- Meta 3.A.23, do MTur, com capacitação e sensibilização de trabalhadores e empregadores da cadeia produtiva de serviços e produtos do setor de turismo e do setor de transporte aéreo, terrestre e marítimo no tema do ETP. Os avanços identificados pelo MTUR que desenvolvendo um trabalho de disseminação de informação para mais de 2000 pessoas em todas as cidades-sede da Copa 2014, incluindo conteúdos sobre o tráfico de pessoas, e mostram perspectiva de continuidade, em 2015, conforme aponta o relatório VI.

Lembrando que além desses comentários gerais, os membros do GI receberão algumas recomendações específicas da Coordenação Tripartite aos líderes das outras metas dessa linha operativa 03.

Linha Operativa 04

A linha operativa 4 possui três atividades que são compostas por um total de quinze metas, duas estão a iniciar, sete estão iniciadas, quatro foram concluídas e duas são permanentes. Em maioria, os relatórios V e VI indicam avanço tanto em relação ao indicador de progresso quanto ao indicador de resultado.

Destaque para a meta 4.A.5 que no relatório VI não avançou, pois houve restrição orçamentária e a pesquisa em parceria com o UNODC precisou ser adiada. O indicador de progresso e o indicador de resultado da meta 4.C.3, foram avaliados como ruim e regular respectivamente.

Porém houve avanço na V relatoria com a realização da 1ª Reunião de Monitoramento de Implementação da Metodologia Integrada de Coleta de Dados de Tráfico de Pessoas. A meta 4.C.2 foi concluída, em 2014, sendo que seu prazo máximo estava previsto para 2016.

Pedimos atenção ao líder da meta 4.A.2 que trata da “investigação ou análise que identifiquem a relação entre tráfico de pessoas e a vulnerabilidade de grupos populacionais”, pois a mesma está prevista para ser iniciada em 2015.

A meta 4.A.8 tem como objetivo “investigação ou análise sobre a relação entre as novas tecnologias de comunicação, as redes sociais virtuais e o tráfico de pessoas desenvolvida e disseminada” e também tem previsão de início de execução nesse ano. Portanto, é necessária uma dedicação voltada a essas duas metas, devido ao período de implementação da 4.A.2 ser 2015 e da 4.A.8, ser no ano seguinte, ou seja, 2016.

Linha Operativa 05

Esta linha operativa é composta por uma atividade e quatro metas.

De acordo com os relatos, duas metas (5.A.1 e a 5.A.4) seguem avançando sendo uma permanente e uma que, apesar de ter sido concluída com êxito, que trata da realização de campanhas nacionais de prevenção ao tráfico de pessoas, ainda

	<p>tem seus desdobramentos relatados pelos líderes.</p> <p>A Coordenação Tripartite pede especial atenção à meta 5.A.2 do Minc, que apesar de não ter recebido uma boa avaliação intermediária, apresentou certo avanço a partir do V Relato, mas não foi relatada neste último quadrimestre, bem como à meta 5.A.3 da SDH que indicou o ano de 2016 para sua execução, mas não apresentou nenhum relato indicativo da viabilidade da sua implementação.</p> <p>Por fim, após consenso entre os membros, restou pactuado que as reuniões entre os colíderes (bilaterais, trilaterais e etc) que têm por finalidade articular ações que viabilizem a execução de metas, serão convocadas, por e-mail, pela CETP/MJ. A CETP/MJ irá encaminhar tabela com propostas de datas das reuniões a serem realizadas até o próximo encontro desse colegiado.</p>
4) Rodada de Avaliação do GI sobre os progressos e dificuldades encontradas na implementação do II Plano e saneamento das pendências.	<p>- Fernanda Papa, representante da SPM, ressaltou que há metas que aparecem como cumpridas, mas poderiam estar com um relato mais qualificado. Lembrou da importância do ponto de vista qualitativo da incidência política na efetividade do plano.</p> <p>- Ana Cristina, representante do MDA, destacou que o INCRA possui superintendências regionais em todos os estados e tem condição de identificar o tráfico, mas para isso o pessoal precisa ser capacitado e sensibilizado sobre a temática.</p> <p>- Lucicleia expõe a possibilidade do ponto levantando pela representante do MDA ser trabalhado bilateralmente com demais parceiros, a exemplo do Ministério do Turismo que já possui uma agenda formada de capacitações e uma riqueza de estados que irão visitar. Socializou ações que foram desenvolvidas no último quadrimestre, conforme relato a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As Reuniões da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foram realizadas nos dias: 15/01/2015, 24/02/2015 e 26/03/2015. ➤ Publicação do primeiro balanço do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. ➤ Lançamento dos volumes 2 e 5 dos cadernos temáticos que tratam da Migração e Tráfico de Pessoas e dos Desafios para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. ➤ Dia 08 de fevereiro. Convocação da Igreja Católica para um dia Internacional de Oração Contra o Tráfico de Seres Humanos. ➤ Lançamento do 2º Relatório Semestral da Rede de Núcleos e Postos ➤ Aprovação do PL 7370/14 no plenário da Câmara. Articulação para aprovação da SCD 02/2015. Nesse ponto foi feita uma contextualização sobre os principais pontos a serem alterados na legislação vigente. ➤ Firmado Acordo e Cooperação Técnica entre a Secretaria Nacional de Justiça, o Departamento de Polícia Federal, o Ministério Público Federal (PFDC/MPF), o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), a Defensoria Pública da União e o Alto Comissariado das Nações Unidas para

	<p>Refugiados (Acnur) que prevê a articulação entre os agentes públicos para dar soluções mais rápidas sobre a definição jurídica de estrangeiros retidos no aeroporto, além de outras situações de acolhimento e proteção. A proposta é melhorar as condições do chamado espaço conector, que dá abrigo aos estrangeiros que têm acesso negado ao país. Os estrangeiros que chegam ao Brasil pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos e são impedidos de entrar no País receberão assistência de profissionais do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, sob gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de Guarulhos, com a supervisão da Polícia Federal. Assim, os profissionais de plantão no Posto Humanizado realizarão as entrevistas iniciais com os estrangeiros inadmitidos e, em seguida, farão os encaminhamentos dos casos. A medida deve agilizar o atendimento aos estrangeiros, para evitar que fiquem meses detidos no conector sem permissão para ficar no Brasil e impedidos de retornar ao seu país ou de prosseguir viagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em eventos: <ul style="list-style-type: none"> ➤ V Encontro de Chefes de DELIST e de Delegacias Descentralizadas. Este encontro também contou com a participação do representante do MTE, Alexandre Lyra, levando o tema de tráfico e de trabalho escravo; ➤ X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República (X CIV-MPF – 2014/2015) ➤ V Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ➤ II Seminário Nacional da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua ➤ Seminário Internacional sobre “Diálogos para a Construção da Rede Nacional de Atendimento Integrado a Migrantes e Refugiados” ➤ Participação no evento Café com Cooperação do DRCI • No campo internacional: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014, o Brasil conduziu o importante processo de revisão e atualização do Plano de Ação da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo Brasília a sede da IV Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas que aprovou o “Segundo Plano de trabalho para combater o tráfico de pessoas no hemisfério ocidental 2015-2018” e a Declaração Interamericana de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas - “Declaração De Brasília”. Os documentos referentes à reunião ainda serão submetidos à Assembleia Geral da OEA ➤ Nos dias 4 e 5 de março de 2015, foi realizada em Assunção/Paraguai, a V Reunião da Comista Brasil/Paraguai sobre Drogas e Temas Conexos, sendo que o Brasil apresentou a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas no painel “Tráfico de Pessoas- Intercâmbio de experiências sobre políticas nacionais, metodologias de investigação, materiais informativos de
--	--

	<p>campanha.”</p> <p>- Fernanda Papa ressaltou que a SPM divulgou em março os dados do 180 do ano passado e observou que foram 140 denúncias relativas ao tráfico de pessoas. Em 2013 foram 340 e em 2014, 140 denúncias. A maior parte, 37,33% são em relação ao tráfico interno e de exploração sexual. Em segundo lugar encontra-se o tráfico de exploração sexual, com percentual de 35,7% e a maior parte das denúncias, que são 34, ocorreram no mês de junho.</p> <p>- Nilce Cunha, representante do MPF, informou que a PFDC, no dia 3 de fevereiro, fez um acordo de cooperação técnica com a Defensoria da Colômbia. E, em 6 de abril, foi firmado um termo de cooperação técnica com a defensoria da Bolívia.</p> <p>- Aloysio Gomide, representante da DAC/MRE, informou que a COCIT propôs à Embaixada Argentina incluir a temática do tráfico de pessoas na comista Brasil-Argentina.</p>
5) Encaminhamentos finais	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Prazo limite para o envio de substituição dos membros do GI para a Secretaria Executiva do GI: 22/04/2015. ❖ A Coordenação de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas produzirá uma nota técnica referente à alteração sobre a periodicidade dos relatos e reuniões, de quadrienal para semestral. A nota técnica, juntamente com a ata e a deliberação da reunião, subsidiará o requerimento de alteração do §5º do artigo 4º da Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013. ❖ Instituída a criação de um grupo de trabalho para avaliar a nota técnica do MDS, que terá o prazo de 30 dias, a partir da formalização da nota técnica junto à CETP/SNJ/MJ, para a entrega da análise à Coordenação Tripartite da Política Nacional de ETP e aos demais membros do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação. O GT será composto pelos membros da Tripartite, MRE, DPU e MDS. Prazo limite para sugestões e encaminhamento de questões pertinentes a esse grupo de trabalho será dia 24/04. ❖ O VII Relatório parcial de progresso das metas deverá ser encaminhado à CETP até o dia <u>16 de outubro de 2015</u>, ou seja, com a antecedência mínima de 30 dias antes da reunião ordinária do GI. ❖ A próxima reunião do GI ficará agenda para <u>19 de novembro de 2015</u>. ❖ A Secretaria Executiva do GI encaminhará e-mails com propostas de agendas aos colíderes para discussão de metas específicas.